



O DIREITO NA COMUNIDADE: APROXIMAÇÕES E COMPARTILHAMENTOS ENTRE CIDADANIA E FORMAÇÃO JURÍDICA

Natalia Da Rosa Prates ¹, Jaqueline Fernanda Postal ², Ricardo Niquetti³

1. Discente do curso de direito, Unoesc, São Miguel Do Oeste, SC

2. Discente do curso de direito, Unoesc, São Miguel Do Oeste, SC

3. Docente do curso de direito, Unoesc, São Miguel Do Oeste, SC

Autor correspondente: Natalia Da Rosa Prates, natalia.prates2017@gmail.com

Área: Ciência Jurídica

Introdução: Como afirma o brocardo jurídico "Ubi homo, ibi societas; ubi societas, ibi jus", onde está o Homem, há sociedade; onde há sociedade há direito. Contudo, a postura sobremaneira tecnicista e separada da prática social das faculdades de direito associada à descrença dos brasileiros no poder judiciário, dificulta o acesso à justiça, constituindo uma dificuldade na autonomia plena do cidadão, assim a busca por uma educação que forme o estudante-cidadão, consciente de seus direitos e deveres, faz parte da paidéia jurídica, conseqüentemente é a extensão universitária o espaço privilegiado para esta importante interseção em prol da formação cidadã. **Objetivo:** Investigar a percepção de estudantes de Direito sobre a extensão universitária, procurando analisar como as ações de extensão se articulam com o saber jurídico e a formação acadêmica. **Método:** O estudo de caráter descritivo, abordagem quantitativa, realizado em uma universidade do oeste catarinense. A coleta se deu por meio de questionário semiestruturado com acadêmicos de direito dos primeiros dois anos de curso, seguindo os procedimentos de aceite e termos protocolares, com perguntas abertas e fechadas, disponibilizado de forma online através do Google Forms, para a análise dos dados, foram analisados por meio das estatísticas obtidas e pela Análise de Conteúdo de Bardin. **Resultados:** A pesquisa com 114 universitários, onde 61% eram mulheres, revelou percepções importantes sobre a extensão universitária. Apenas 14,2% dos estudantes possuem conhecimento intermediário sobre o tema, enquanto a maioria (85,8%) tem uma compreensão superficial, evidenciando a necessidade de mais informação. Embora 38,6% considerem as atividades de extensão enriquecedoras, 51,4% acreditam que elas têm pouca conexão com o curso. A tríade universitária é predominantemente valorizada pelo ensino (91,2%), seguido por pesquisa (5,7%) e extensão (3,1%). No entanto, 77,5% reconhecem a importância da extensão para a formação acadêmica, e 55,7% desejam ver práticas de extensão incluídas no currículo. Um desafio significativo é que 69,7% sentem que têm pouco tempo para se dedicar à extensão, embora 51% queiram se envolver em atividades de extensão durante o curso. Esses resultados indicam um desejo por maior integração da extensão na educação universitária e apontam para a necessidade de reformulação do currículo para facilitar essa participação. **Conclusão:** Conforme o exposto, compreende-se que os universitários vivenciam a extensão universitária, porém seu conhecimento, dinâmica e articulação precisam ser fortificados, além disso, percebe-se que o tempo destinado e a interseção com a prática jurídica são alguns dos desafios para a construção dessa nova atmosfera universitária.

Palavras-chave: Extensão universitária; Direito; Estudantes; Saber jurídico; Formação acadêmica.

Agradecimentos: Os autores Natalia Da Rosa Prates e Jaqueline Fernanda Postal agradecem ao Programa de Bolsas Universitárias do Estado de Santa Catarina (UNIEDU) pela concessão de bolsa de iniciação científica.